

Murilo Henrique Meneguetti

**GLOBALIZAÇÃO, POBREZA, DESIGUALDADE E SUAS
RELAÇÕES NA AMÉRICA LATINA.**

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes

Banca examinadora: Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos

Araraquara, novembro de 2012.

Agradecimentos

Agradeço a todos que participaram direta ou indiretamente deste trabalho, principalmente aos meus pais, Adilson e Maria, pela oportunidade de formação que me deram, pela força e apoio durante todo esse período.

Agradeço ao meu grande amigo Gabriel Veloso, que mesmo distante se mostrou tão perto e tão prestativo durante toda nossa amizade.

Agradeço também aos meus colegas de estágio que compreenderam a necessidade de deixar alguns dias de trabalho de lado para conclusão da minha monografia.

Agradeço a minha namorada, Maíra Peressin, por ter tido paciência e aberto mão de muitas coisas para ficar do meu lado durante este período. Agradeço também pelo grande apoio e compreensão que me deu durante todo o período de graduação.

Agradeço a minha irmã, Ariane Meneguetti, que esteve disposta a me ajudar em muitas ocasiões.

Por fim, agradeço aos meus amigos de faculdade, por todo tempo que passamos juntos e pela força que passamos uns aos outros.

Resumo

Recentemente, a globalização e seus efeitos tem sido alvo de estudo de muitos, bem como a pobreza e seus desdobramentos no cenário global. O presente trabalho buscou definir e analisar dados sobre globalização econômica e pobreza de diversos países da América Latina e mostrar que o modo como os países articulam-se em relação a uma elevação de sua globalização econômica apresenta relação inversamente proporcional com a pobreza e a desigualdade de renda dos países.

Palavras-chave: globalização; pobreza; desigualdade de renda.

Índice

Introdução	7
1. Globalização e Pobreza	8
1.1. O que é globalização?	8
1.1.1. Globalização – Nível mundial.....	9
1.1.2. Globalização – Nível de cada país.....	9
1.2. O que pobreza significa exatamente?	11
1.3. Quantificando a globalização, a desigualdade e a pobreza	12
1.3.1. O índice de globalização econômica.....	12
1.3.2. Coeficiente de Gini.....	13
1.3.3. Rendimento nacional bruto per capita.....	14
2. Apresentação e análise dos dados	15
Conclusões	29
Referências Bibliográficas	31
Anexos	34

Índice de Figuras, Tabelas e Gráficos

Figura 1 – Mapa Global – Índice de Gini 2011.....	15
Tabela 1 – Índice de Gini para países da América Latina de 1990 até 2010.....	16
Tabela 2 – GNI per Capita, Atlas Method.....	18
Tabela 3 – População vivendo abaixo da linha da pobreza e pobreza extrema, separado por área urbana e rural.....	20
Tabela 4 – Índice KOF de Globalização – Restrictions.....	25
Tabela 5 – Índice KOF de Globalização – Actual Flows.....	27
Tabela 6 – Ranking de Globalização Econômica para o ano de 2009.....	34

Introdução

A globalização e seus perversos efeitos sobre os países em desenvolvimento vêm sendo estudada por diversos pesquisadores, os quais buscam entender até onde as relações, culturais, sociais, financeiras entre outras, afetam a pobreza e desigualdade dos países.

Entre os países da América Latina, os mais expressivos e com melhor distribuição de renda e menor nível de pobreza são os países situados em baixas posições no ranking de globalização econômica, tendo algumas exceções como o caso boliviano que apresenta péssimos indicadores em praticamente todos os quesitos estudados.

O presente trabalho visa avaliar a relação entre a globalização econômica, pobreza e desigualdade nos países da América Latina através da exposição e análise de dados estatísticos.

O primeiro capítulo apresenta uma breve discussão sobre as variáveis pobreza e globalização. A globalização é apresentada, a nível mundial e nível de cada país, como um fenômeno socioeconômico. A pobreza é apresentada como a falta de recursos necessários para manter um padrão mínimo adequado de vida, as quais permite a estas pessoas participarem na sociedade de forma digna. Após tais discussões, o trabalho introduz os indicadores que serão trabalhados no segundo capítulo.

O segundo capítulo apresenta e analisa os seguintes índices: Gini, renda nacional bruta per capita, porcentagem da população vivendo em situação de pobreza e dois indicadores de globalização econômica, '*restrictions*' e '*actual flows*'. De uma forma geral, os países latino-americanos apresentam-se como os mais desiguais em comparação com o restante do mundo, bem como apresentam alta porcentagem da população em situação de pobreza, e uma variada distribuição entre o ranking de globalização econômica.

Por fim, o trabalho conclui que as articulações dos países em relação a globalização afetam inversamente seus indicadores de pobreza e desigualdade de renda.

Capítulo 1 - Globalização e Pobreza

No tocante as palavras globalização e pobreza, existem várias abordagens e visões sobre o que é e torna-se interessante dizer aqui que em sua grande maioria se não a totalidade dos autores desta área concordam não existir uma definição perfeita e/ou conclusiva, no entanto, pode-se chegar a alguns pontos de convergência entre os autores.

1.1. O que é globalização?

A globalização pode ser estudada através de diversas visões que serão abordadas a seguir. Ramos (2005) identifica cinco visões para globalização, sendo elas:

1. Globalização como internacionalização: O autor descreve globalização como relações internacionais e a crescente interdependência dos países nas trocas internacionais.
2. Globalização como liberalização: A globalização aqui é vista como liberalização comercial, um mundo sem barreiras regulatórias ao comércio entre os países.
3. Globalização como universalização: A globalização como universalização trata da difusão pessoal e cultural pelo planeta ou então homogeneização cultural.
4. Globalização como ocidentalização: Trata-se da disseminação das estruturas sociais da modernidade, destruindo as culturas preexistentes.
5. Globalização como desterritorialização: A globalização, aqui, diz respeito a uma alteração no espaço social, sendo agora um espaço social dividido por forças tecnológicas e econômicas, fazendo com que exista a perda de parte da autonomia de cada nação na tomada de decisões econômicas e políticas já que estas podem ter profundos impactos nos demais.

Das cinco vertentes apresentadas, Ramos (2005) diz que as quatro primeiras visões (globalização como internacionalização, liberalização, universalização e ocidentalização) são estruturadas sob a ótica de uma divisão geográfica territorial, dizendo respeito a uma localização fixa, implicando que o espaço social é dividido por fronteiras internacionais, países, estados e cidades. Por fim, a vertente de globalização como desterritorialização abandona essa divisão geográfica, a distância é eliminada instantaneamente através dos meios de comunicação e transportes, não existem barreiras físicas ou divisão geográfica e

passa-se agora a aparecer as questões globais, questões que não podem ser colocadas em uma só localização geográfica, como por exemplo, o aquecimento global.

Além das vertentes apresentadas acima, a definição de Globalização pode ser apresentada de diversas outras maneiras, cada qual dependendo do nível a ser escolhido, sendo que estas se encaixam nas definições apresentadas anteriormente.

Pode-se falar da globalização mundial, quando se refere ao mundo todo, de um determinado país, de uma indústria específica ou de uma linha particular de negócios ou atividade dentro de uma organização. O foco deste trabalho é a globalização em nível mundial e de cada país, então não nos cabe agora citar as demais categorias.

1.1. 1. Globalização – Nível Mundial

Battisti (2004) escreve que a globalização em nível mundial corresponde às relações que os países estabelecem em suas diversas transações internacionais de bens, serviços, capital e conhecimentos. A abordagem de Battisti se encaixa como uma mistura das classificações de globalização como universalização, internacionalização e liberalização apresentadas por Ramos (2005).

1.1.2. Globalização – Nível de cada país

Quanto ao nível de cada país, a Globalização engloba a extensão das inter-relações entre uma determinada economia nacional e a do resto do mundo. Essa definição dá a ideia de que todos os países participam de maneira igual nas transações comerciais entre todos os envolvidos com a Globalização, o que não ocorre na realidade. Ainda que o mundo se encontre em crescente desenvolvimento global, os países não se encontram com a mesma integração em seu desenvolvimento econômico. (BATTISTI, 2010).

Ainda de acordo com Battisti (2004), existem indicadores-chave que possibilitam a medição da integração global da economia de um determinado país, os quais são realizados pelo cálculo da razão das exportações e importações sob o PIB, fluxos de entrada e saída de pagamentos de royalties associados à transferência de recursos tecnológicos.

Battisti (2004) comenta que nas décadas finais do século XX o que se percebe é um rearranjo de toda a sociedade, com mudanças na visão de mundo, dos valores básicos, nas estruturas sociais e políticas, nas diversas manifestações artísticas, enfim, em todo modo de viver, agir e pensar da sociedade. Battisti (2004) ainda comenta sobre a mudança social de

50 anos para cá e defende que os jovens atuais não conseguem sequer imaginar o mundo há cinco décadas.

Battisti (2004) escreve que existem lições importantes distribuídas em quatro áreas quando se trata da Globalização, que são:

- A maneira pela qual a economia mundial está estruturada;
- A mudança no significado do comércio e investimento;
- As economias mundial e doméstica e suas relações;
- A política comercial.

Cada país deve constantemente analisar seu posicionamento perante essas lições citadas, já que todas elas são diferentes daquilo que se espera, quer façam parte do Livre Comércio ou do Protecionismo. Independentemente da situação internacional a qual cada país se encontra, pode-se considerar que a globalização, além de romper fronteiras, desafia pessoas do mundo todo e o seu próprio futuro.

A apresentação destes autores nos dá uma boa ideia das visões de globalização. De uma forma geral, dá para se encaixar as visões de cada autor nos demais, não existindo divergência gritante entre as visões.

Por fim, vale expor também a ideia da CEPAL (2002) sobre as oportunidades e riscos da globalização, discutindo que a globalização dos mercados amplia as oportunidades de integração dos países em desenvolvimento, na economia mundial. Mais adiante a CEPAL (2002) comenta que a abertura incompleta ou o protecionismo das economias desenvolvidas continua predominando e, além disso, existem também dificuldades de adequação de políticas dos países em desenvolvimento com as normas exigidas pela OMC¹.

Se não for dirigida de forma correta, a globalização pode não trazer efeitos benéficos a todos, isto é, a expectativa de redução de diferenças sociais e pobreza não se realizarão. O seguinte trecho expõe melhor esta ideia:

Muitos destes problemas são o reflexo do caráter incompleto e assimétrico da agenda de políticas que vem acompanhando a atual fase da globalização, em grande medida como resultado das disparidades de poder e organização dos diversos atores internacionais que incidem em sua elaboração e instrumentação.

¹ Organização Mundial de Comércio.

Nos termos utilizados nos debates financeiros dos últimos anos, tudo isto sublinha a necessidade de uma nova “arquitetura internacional” para a era da globalização, baseada numa agenda ampla e num processo de negociação representativo e plural.

Esta agenda global deve incluir tanto a provisão de bens públicos globais, como a correção das grandes desigualdades e assimetrias internacionais. (CEPAL, 2002, p.26 e 27)

O presente trabalho propõe uma análise da globalização como uma integração de mercados domésticos em um mercado global e seus impactos sócio-econômicos. Consideraremos também a globalização como desterritorialização, hoje em dia é eminente a preocupação com o global e não somente com o local. Aqui vale lembrar que a globalização não possui apenas efeitos econômicos, existe também desenvolvimento tecnológico, intercâmbio cultural, mudança política, geográfica, ambiental e social entre outros efeitos.

1.2. O que pobreza significa exatamente?

A análise da literatura sobre o tema nos deixa claro a dificuldade de se definir pobreza, são diversas versões e visões que, em sua maioria, se encaixam segundo as divisões de Hagenaars e De Vos (1988 apud Oliveira, 2010) que seguem abaixo:

- Pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta).
- Pobreza é ter menos do que outros na sociedade (pobreza relativa).
- Pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

Segundo Loch (2010), a conceituação de pobreza pode ser uma tarefa simples e ao mesmo tempo complexa dependendo do ponto de vista tomado como base para analisarmos a pobreza. Uma primeira visão do autor traz a pobreza vista como a situação em que um indivíduo não possui meios de saciar as necessidades básicas dentro de uma sociedade, seria o enfoque de pobreza relativa. A análise se torna mais complexa quando se questiona quais são as necessidades básicas do ser humano, já que não existe um padrão geral para todos os países, apresentada como pobreza absoluta. O autor exemplifica com a adoção de uma medida de pobreza no Brasil, sendo que esta medida adotada seria bem diferente da pobreza em países bem desenvolvidos como, por exemplo, a Suécia.

Sen (1999) desenvolve seu livro a partir da análise de pobreza como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo. A capacidade elementar dos indivíduos, segundo Sen (1999), seria a liberdade para se ter diferentes meios de viver, estilos de vida diferentes. Sen exemplifica com uma comparação entre uma pessoa afortunada que faz jejum por livre vontade e uma pessoa forçada a passar fome devido a sua pobreza. A primeira pode escolher comer bem, o que é impossível para a segunda pessoa.

Esta concepção de privações não se refere apenas a renda, mas também a recursos materiais e serviços nas principais áreas como saúde, educação e saneamento.

Inter-relacionando os autores, de uma forma geral, pobre são as pessoas desprovidas de recursos necessários para manter um padrão mínimo adequado de vida, as quais permite a estas pessoas participarem na sociedade de forma digna. Em função disto, trabalharemos em cima da renda como o recurso necessário para se manter tal padrão. A escolha da renda também se deu devido a disponibilidade e continuidade de dados.

1.3. Quantificando a globalização, a desigualdade e a pobreza.

Após apresentar algumas visões e definições de globalização e pobreza, cabe-nos agora medir a intensidade ou quantificar tais indicadores.

A apresentação dos dados, conforme será exposto e analisado, nos permite fazer uma análise em dois períodos distintos. Tal separação representa o período de forte neoliberalismo, 1990 até 2002, seguido de um período de retração do neoliberalismo, 2003 até o fim do período de estudo.

1.3.1. O índice de globalização econômica.

A nossa disposição temos o '*KOF Index of Globalization*', índices de medida de globalização, proposto por Axel (2006) e apresentados pelo instituto suíço de tecnologia em Zurique. Os autores destes índices definem globalização como:

“(...) the process of creating networks of connections among actors at multi-continental distances, mediated through a variety of flows including people, information and ideas, capital and goods. Globalization is conceptualized as a process that erodes national boundaries, integrates national economies, cultures,

technologies and governance and produces complex relations of mutual interdependence.”²

É através da definição de globalização exposta acima que foi desenvolvido o ‘*KOF Index of Globalization*’, definição que também se encaixa com a adotada como norteadora desta pesquisa, deste modo, fazendo-se válido a utilização destes indicadores em nossa pesquisa.

Axel (2006) apresenta os índices de globalização em três dimensões diferentes: Econômica, social e política. Em busca de respostas utilizaremos o índice que mede a dimensão econômica da globalização, sendo este ainda dividido em duas dimensões: A análise de restrições e também do fluxo comercial dos países, apresentados como ‘*restrictions*’ e ‘*actual flows*’ respectivamente, os quais são explicados a seguir.

O índice ‘*Actual Flows*’ inclui variáveis sobre o comércio, investimento direto estrangeiro e portfólio de investimentos e cada uma destas variáveis são apresentadas como porcentagem do PIB.

O índice ‘*Restrictions*’ trabalha sobre variáveis de trocas e fluxos de capitais usando barreiras a importação, taxa média de tarifa e impostos sobre o comércio internacional. A ideia aqui é a de que um país com altas receitas advindas de restrições ao comércio é menos globalizado.

Em ambos os casos, quanto mais alto o valor apresentado para cada índice, mais globalizado é o país em questão.

1.3.2. Coeficiente de Gini

Torna-se interessante também quantificar a desigualdade de renda dos países estudados. O Coeficiente de Gini é amplamente aceito e utilizado em estudos relacionados à distribuição de renda, pobreza e desenvolvimento econômico.

Tal método consiste em uma medida matemática ligada à curva de Lorens, permitindo o fornecimento da distribuição da frequência acumulada de um determinado evento. Esse coeficiente consiste na atribuição de resultados entre zero e um, onde:

² O processo de criação de redes de conexões entre os atores em distâncias multi-continentais, através de uma variedade de fluxos incluindo pessoas, informações e ideias, capitais e bens. Globalização é conceituada como um processo que corrói as fronteiras nacionais e integram as economias, culturas, tecnologias e governação e produz uma complexa relação de interdependência mútua.

- “0” — refere-se a uma determinada situação em que todos os relacionados possuem a mesma renda, isto é, não há concentração de renda;
- “1” — refere-se a situação em que apenas um possui renda e nenhum outro possui, ou seja, total disparidade ou concentração de renda.

Vale ressaltar que o coeficiente de Gini foi escolhido neste estudo por ser largamente utilizado por economistas e interessados no tema, não sendo este o único índice disponível para verificarmos a distribuição de renda.

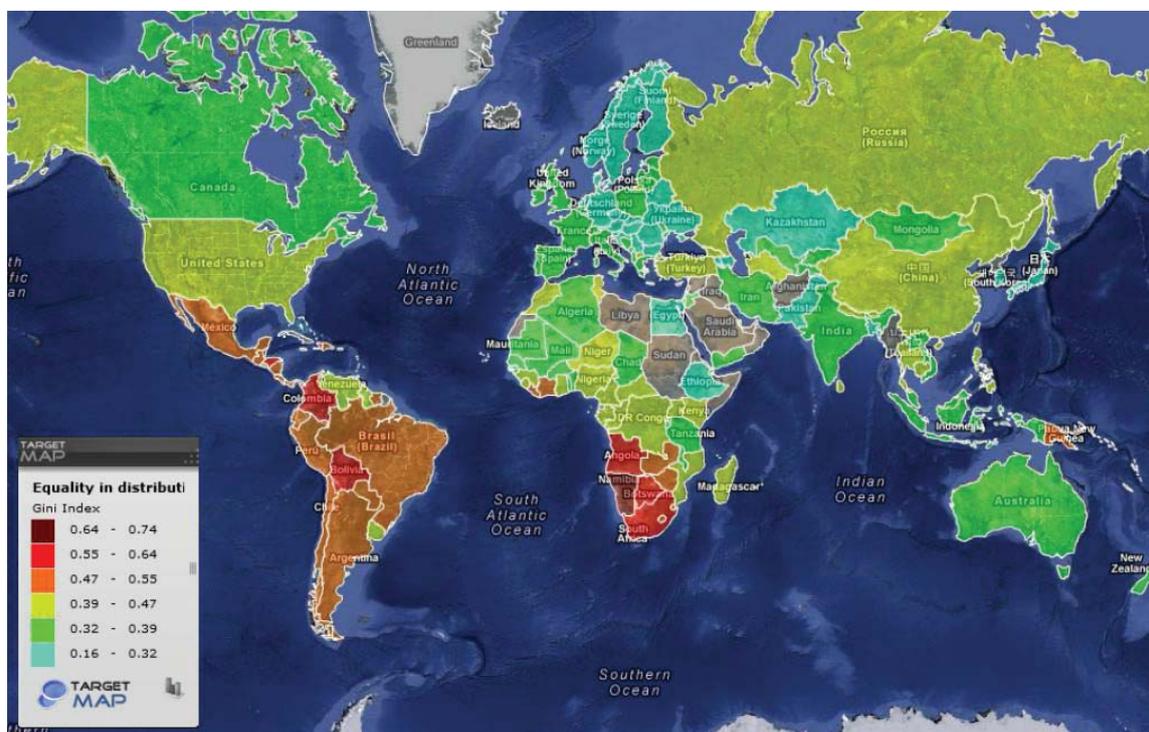
1.3.3. Rendimento Nacional Bruto Per Capita

A fim de estudar a pobreza através da renda, foi selecionado o indicador rendimento nacional bruto per capita, disponível como GNI per capita - atlas method (The World Bank). O motivo de tal escolha é devido a continuidade da série, a medição de renda de países diferentes em uma mesma moeda (dólar americano) e a importância de considerar também as renda recebidas de fora por moradores nacionais bem como as rendas emitidas para fora do país.

Capítulo 2 - Apresentação e análise de dados.

A princípio torna-se interessante analisar de uma forma global o índice de Gini, o mapa a seguir traz esta informação para o ano de 2011.

Figura 1- Mapa global – Índice de Gini 2011.



Fonte: Targetmap

Analisando o mapa acima podemos notar a disparidade de distribuição de renda dos países da América do Sul com o restante do globo. De forma geral, todos os países da América do Sul, com pequenas exceções, se encontram relativamente altos em relação aos coeficientes de Gini do restante do mundo, o que representa uma distribuição desigual de renda muito elevada para a região. Vale também citar que dentro da América do Sul não existe uma grande disparidade entre os extremos, o pior colocado não está muito longe do melhor colocado para o ano em questão. No entanto, os melhores indicadores sul-americanos não chegam a se comparar com os piores índices de Gini dos países da Europa. A América do Sul pode, no máximo, ser comparada com parte do continente africano, sendo este último prejudicado por várias guerras e constantes políticas prejudiciais ao desenvolvimento, o que nos deixa a ideia de que ainda existe muita política e ações globais para atingirmos melhores índices.

Apesar da queda da desigualdade apresentada na América do Sul na primeira década do século XXI, os países da região continuam com os mais elevados indicadores de desigualdade de renda no mundo, fato que pode ser verificado no mapa anterior e na tabela que virá a seguir.

Tabela 1³ - Índice de Gini para países da América Latina – 1990 – 2010

	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2009	2010
Argentina		45,5	46	49,5	50,7	51,1	53,8	50,2	47,7	46,3	46,1	44,5
Bolivia						62,8	59,9		56,4	56,3		
Brazil	61	54		60,6	60,4		59,4	57,7	56,8	55,1	54,7	
Chile	55,3	54,8	55,1	54,9	55,5	55,3			51,8		52,1	
Colombia		51,5		56,9		58,7	60,7	58,3	58,7	57,2	56,7	55,9
Ecuador			54,3		51,7	56,6			53,2	50,6	49,4	49,3
Guinea			44,9									
Guyana					44,5							
Paraguay	40,8				56,7		56,7	54	54,9	52,1	51	52,4
Peru			44,9		56,2	50,8	55,6	50,3	50,9	49	49,1	48,1
Suriname												
Uruguay		40,1		42,7	43,8	44,4	46,7	47,1	47,2	46,3	46,3	45,3
Venezuela		42,1			48,1		49	47,5	44,8			

Fonte: The World Bank

A análise da tabela 1 nos dá uma ideia da posição de alguns países da América Latina em relação aos seus respectivos coeficientes de Gini. A primeira leitura nos mostra a situação brasileira em par com a boliviana e a colombiana, ambos apresentando os maiores coeficientes ao longo do período estudado, mostrando por fim uma média em torno de 57 pontos, o que representa as mais desiguais distribuições de renda da região. No caso brasileiro, vale notar que o coeficiente vem demonstrando tendência de melhoras, reduzindo ao longo dos últimos oito anos de estudo, o que não acontece com todos os países apresentados.

³ A tabela não apresenta todos os países da América Latina bem como todos os anos por falta de dados da fonte.

No outro extremo temos a Venezuela, Argentina e o Uruguai exercendo os menores índices de Gini para a região, apresentando uma média de 47 pontos ao longo do período estudado, sendo estas as melhores distribuições de renda apresentadas nas tabelas. Apenas no caso argentino podemos notar uma aguda elevação no índice ao longo do período de estudo que perdura até 2002, no entanto, tal elevação é extinta a partir de 2004 quando o indicador torna a reduzir, apresentando o menor valor para o país em 2010.

A luz dos dois períodos conforme introduzido anteriormente, a análise da tabela 1 nos deixa clara a evolução negativa ou aumento da desigualdade ao longo do período de forte neoliberalismo, representado pelo crescimento do índice de Gini ao longo de 1990 até 2002 em todos os países apresentados na tabela, com exceção do Chile que manteve o índice estagnado. O segundo período, 2003 em diante, marca o retrocesso do neoliberalismo e uma distribuição mais igualitária ou redução do índice de Gini para todos os países apresentados.

Tabela 2⁴ - GNI per Capita, Atlas Method (current US\$) – valor nominal

Country Name	1991	1995	2000	2005	2010
Antigua and Barbuda	6.120	6.890	8.490	12.000	12.450
Argentina	3.960	7.360	7.460	4.480	8.620
Bahamas, The	11.500	14.280	20.350	24.410	21.970
Barbados	6.350	6.860	9.090	11.000	
Belize	2.350	2.740	3.110	3.580	3.640
Bolivia	760	870	1.000	1.030	1.810
Brazil	2.870	3.730	3.860	3.960	9.540
Chile	2.500	4.330	4.840	5.970	10.750
Colombia	1.230	2.200	2.350	2.940	5.520
Costa Rica	2.370	3.260	3.710	4.680	6.860
Cuba	2.340	2.550	2.620	3.960	
Dominica	2.390	2.980	3.500	5.210	6.900
Dominican Republic	1.030	1.910	2.620	2.900	5.020
Ecuador	970	1.600	1.330	2.620	3.850
El Salvador	940	1.550	2.110	2.820	3.370
Grenada	2.430	2.670	4.150	6.570	7.010
Guatemala	990	1.390	1.730	2.070	2.740
Guyana	390	730	890	1.090	2.900
Haiti				400	650
Honduras	620	640	940	1.400	1.870
Jamaica	1.770	2.130	3.310	3.920	4.700
Mexico	3.250	3.760	5.010	7.820	8.930
Nicaragua	220	520	730	890	1.100
Panama	2.290	2.890	3.730	4.640	7.010

(continua)

⁴ A tabela não apresenta todos os países da América Latina por falta de dados da fonte.

Tabela 2 - GNI per Capita, Atlas Method (current US\$) – valor nominal.

(continuação)

Paraguay	1.260	1.680	1.350	1.220	2.730
Peru	1.140	2.000	2.060	2.710	4.900
Puerto Rico	6.450	7.820	10.550	14.530	16.560
St. Kitts and Nevis	3.750	5.460	6.880	10.130	12.360
St. Lucia	2.910	3.570	4.170	5.130	6.200
St. Vincent and the Grenadines	1.830	2.290	3.130	4.980	6.030
Suriname	1.130	1.360	1.930	3.320	7.640
Trinidad and Tobago	3.910	3.870	5.200	11.160	15.840
Uruguay	3.180	5.530	7.100	4.740	10.290
Venezuela, RB	2.590	2.930	4.100	4.950	11.660

Fonte: The World Bank

Ao analisarmos o rendimento nacional bruto per capita dos países da América Latina (tabela 2) temos, no geral, elevação do indicador para todo o período apresentado, de 1991 até 2010. Alguns casos específicos devem ser citados, tais como a Argentina, Paraguai e Uruguai que apresentam queda do indicador para o ano de 2005 e retoma o crescimento logo em seguida.

O maior indicador, disparado dos demais, se encontra nas Bahamas, onde a economia é dominada pelo turismo e atividade pesqueira. Além deste, podemos notar também altos indicadores em Porto Rico e Trinidad e Tobago. No outro extremo, os menores indicadores estão situados no Haiti, Nicarágua e Bolívia. Países como Argentina, Brasil, Chile e México se apresentam acima da média para o ano de 2010.

É interessante citar também a evolução deste indicador ao longo dos 20 anos. Na grande maioria dos casos este indicador pelo menos dobrou. Em alguns casos ele chegou a atingir seis ou sete vezes o valor do início do período, como é o caso do Suriname e da Guiana. No entanto, para estes dois países, tal crescimento pode ser notado devido a precariedade que apresentava. Para o caso da Guiana, mesmo com tamanha elevação o indicador ainda se mostra baixo em comparação com os demais países da região.

Tabela 3 - População vivendo abaixo da linha da pobreza e pobreza extrema, separado por área urbana e rural (Porcentagem da população geográfica em cada área).

Pobreza		
ANO	Total Área Urbana	Total Área Rural
ARGENTINA		
1994	16.1	n/a
1999	23.7	n/a
2005	30.6	n/a
2010	8.6	n/a
BOLÍVIA		
1994	51.6	n/a
1999	48.7	80.7
2004	53.8	80.6
2007	42.4	75.8
BRASIL		
1990	41.2	70.6
1995	32.4	58.0
1999	32.9	55.3
2005	32.9	53.3
2009	22.1	39.3
CHILE		
1990	38.5	38.8
1994	27.0	31.1
2000	19.7	23.7
2006	13.9	12.3
2009	11.7	10.4
COLÔMBIA		
1991	52.7	60.7
1994	45.4	62.3
1999	50.6	61.8
2005	45.1	67.3
2010	38.5	62.7

(continua)

Tabela 3: População vivendo abaixo da linha da pobreza e pobreza extrema, separado por área urbana e rural (Porcentagem da população geográfica em cada área).

(continuação)

ANO	Pobreza	
	Total Área Urbana	Total Área Rural
COSTA RICA		
1990	24.9	27.3
1994	20.7	25.0
1999	18.1	22.3
2005	20.0	22.7
2010	17.0	20.8
EQUADOR		
1990	62.1	n/a
1994	57.9	n/a
1999	63.5	n/a
2005	45.2	54.5
2010	37.1	43.1
EL SALVADOR		
1995	45.8	64.4
1999	38.7	65.1
2004	41.2	56.8
2010	41.1	55.8
GUATEMALA		
2002	45.3	68.0
2006	42.0	66.5
HONDURAS		
1990	70.4	88.1
1994	74.5	80.5
1999	71.7	86.3
2006	59.4	81.5
2010	56.3	76.5
MÉXICO		
1994	36.8	56.5
2000	32.3	54.7
2005	28.5	47.5
2010	32.3	42.9

(continua)

Tabela 3: População vivendo abaixo da linha da pobreza e pobreza extrema, separado por área urbana e rural (Porcentagem da população geográfica em cada área).

(continuação)

ANO	Pobreza	
	Total Área Urbana	Total Área Rural
NICARÁGUA		
1993	66.3	82.7
2001	63.9	77.1
2005	54.4	71.5
PANAMÁ		
1991	31.0	n/a
1997	23.4	n/a
1999	19.5	n/a
2005	21.7	47.2
2010	15.1	44.8
PARAGUAI		
1994	49.9	n/a
1999	49.1	70.4
2005	53.4	61.6
2010	46.5	66.6
PERU		
1997	33.6	72.7
2001	42.0	78.4
2005	36.8	70.9
2010	19.1	54.2
REPÚBLICA DOMINICANA		
2002	42.4	55.9
2005	45.4	51.4
2010	39.6	45.2
URUGUAI		
1990	17.9	n/a
1994	9.7	n/a
1999	9.4	n/a
2005	18.8	n/a
2010	8.6	4.2

(continua)

Tabela 3: População vivendo abaixo da linha da pobreza e pobreza extrema, separado por área urbana e rural (Porcentagem da população geográfica em cada área).

(continuação)

ANO	Pobreza	
	Total Área Urbana	Total Área Rural
VENEZUELA		
1990	38.6	46.0
1994	47.1	55.6
AMÉRICA LATINA⁵		
1990	41.4	65.2
1994	38.8	64.4
1997	36.4	63.8
1999	37.1	64.1
2002	38.3	62.4
2005	34.0	59.8
2006	30.9	55.2
2007	28.8	53.0
2008	27.4	54.9
2009	27.3	54.9
2010	26.0	52.6

Fonte: ECLAC: Economic Commission for Latin America and the Caribbean: Statistics and Economic Projections Division, Social Statistics Unit, based on special tabulations of the respective country's household survey data.

Ao analisarmos a porcentagem da população vivendo abaixo da linha da pobreza e pobreza extrema (tabela 3) notamos a disparidade do percentual entre a população rural e a urbana. Em apenas dois países temos índices relativamente baixos para ambas as zonas, no Uruguai e Chile, encerrando o período de estudo com, respectivamente, 4,2% e 10,4% da população da zona rural e 8,6% e 11,7% da população da zona urbana em situação de pobreza ou pobreza extrema.

O percentual de população urbana em situação de pobreza é, em geral, menor do que a população rural, mais uma vez apresentando o Chile e o Uruguai como exceções.

No geral, a população urbana está saindo da pobreza, fato que pode ser analisado devido a queda do indicador para todos os países. No entanto, o destaque fica mais uma

⁵ Estimação baseada em 19 países da América Latina.

vez com o Chile que conseguiu reduzir os indicadores em torno de 70% de 1990 para 2009. Não obstante, o Brasil apresenta fortes reduções também, atingindo, no fim do período, quase metade do valor de 1990, fato que pode ser atribuído devido as fortes políticas de redistribuição e combate a pobreza.

No outro extremo, temos países como Bolívia, Honduras e Nicarágua apresentando mais da metade de suas populações, ambas rurais como urbanas, em situação de pobreza.

Ao analisarmos a pobreza, na América Latina, temos em 2010 mais de 50% da população rural e mais de 26% da população urbana em situação de pobreza ou pobreza extrema, dados na tabela 3. Tais números refletem a situação de todos os países, em geral, na América Latina, com poucas exceções, por exemplo, Costa Rica, Chile e Uruguai que atingiram baixíssima porcentagem populacional em situação de pobreza.

A porcentagem de população em situação de pobreza também deve ser analisada em dois períodos. No primeiro período, 1990 até 2002, na América Latina, temos uma redução relativamente baixa da porcentagem em comparação com o segundo período. Entre os 12 primeiros anos, a população urbana em situação de pobreza reduziu 3,1 pontos percentuais, acompanhado de 2,4 pontos percentuais de redução para a população rural. O segundo período apresenta redução de 12,3 e 9,8 pontos percentuais de redução de pobreza entre 2003 e 2010, para as populações urbana e rural, respectivamente.

Tabela 4⁶ - Índice KOF de Globalização - Restrições

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	34,8	43	50,6	56	60,2	65,2	63,7	62,5	59,9	56,9	55	49,4	45,5	41,8	43,1	37	38	38,8	39,4	33,3
Bolivia	41,7	46,4	48,2	50,9	54,2	56,9	58,8	59,2	60,2	60,9	61,8	56	58,8	59,8	59,6	58,7	59,6	52,4	52,7	52,2
Brazil	34,8	41	43,8	48,6	52	55,7	53,7	52,2	49,1	46,4	46,2	56,4	59,5	54	56,9	60,1	59,2	59,2	53,2	53,3
Chile	50,5	55,2	57,5	60,7	64,1	65,5	66,5	67,3	68,1	67,8	68,4	75,6	77,3	80,9	83,6	84,1	84,4	86,1	86,8	83,9
Colombia	28,9	36,6	41,5	43,9	49,1	53,8	53,6	53,4	51,9	50,9	51,1	49,4	48,3	53,7	55,9	52,2	47,1	49,5	41,5	43,4
Ecuador	19,7	24,2	28,3	31,8	34,3	39,7	41,3	41,7	42,2	42,9	43,5	44,7	44,2	43,4	45,5	45,9	46,2	45	43,2	39,5
Guyana	52,3	52,3	52,3	52,3	52,3	52,3	54,5	55,1	55,8	56,4	56,7	62,5	62,5	62,5	62,2	63,7	62,8	65	65,1	62,5
Paraguay	32,3	35,9	40,3	44	46,7	47	47	46,5	45,8	47,5	44,5	49,1	47,2	50,6	56,3	57,9	57,1	58,6	57,2	59,1
Peru	31,8	42,2	46,2	48,5	51,9	56,1	58,4	60,2	61,4	62,4	64	61,6	60,5	60,3	62,3	62,1	65,3	70,9	78,3	79,4
Uruguay	53,7	55,9	57,7	61,7	65,7	72,1	71,3	70,5	70	69,5	70	64,3	64,1	59,3	60,3	65,2	64,6	66	67,1	69,1
Venezuela	40,3	42,2	40,6	42,1	46,6	49,2	51,2	52,4	50,2	52,2	54,9	52,1	42,2	46,8	53,3	52,7	49	42,8	41,4	38,1

Fonte: KOF Index of Globalization

⁶ A tabela não apresenta todos os países da América Latina por falta de dados da fonte.

Ao voltarmos nossa atenção para os índices de globalização econômica temos uma leitura interessante. No quesito de restrições, tabela 4, o indicador ‘*Restrictions*’ apresenta elevações ao longo do período para todos os países da América do Sul. De forma geral, este indicador se elevou ao longo do período de estudo, tendo uma pequena queda em alguns países, mas ainda sim apresentando números bem maiores no fim do período em comparação com o início do estudo.

Os destaques aqui, novamente, são ambos os extremos. No caso Argentino, apesar deste índice ter se elevado ao longo do período, no último ano de estudo sofre uma queda brusca, apresentando em 2009 um índice menor do que 1989. Não distante da situação argentina, a Venezuela apresenta uma elevação deste índice no início do estudo, seguido de várias oscilações no início do século XXI, apresentando, no fim do período, um dos menores índices de globalização no quesito de restrições comerciais.

No caso do Chile, país que encerra o período com índice muito acima dos demais países estudados, notamos uma ascensão crescente e sem pausa deste indicador, sendo que em 2008 ele atinge o maior valor para todos os países da América do Sul, retrocedendo levemente, mas ainda sim se mantendo em altíssimo patamar em 2009.

Com exceção da Argentina e Venezuela, os países apresentam, no fim do período, indicadores maiores do que no início. A maior elevação ao longo do período fica com Peru, que partiu de 31,8 pontos para 79,4 pontos. O maior retrocesso do indicador ficou com a Venezuela, que reduziu o indicador em 2,22 pontos de 1990 para 2009.

Ao analisarmos a globalização através da separação de períodos proposta anteriormente, podemos notar que de 1990 até 2002 há um acelerado crescimento do índice para praticamente todos os países listados na tabela 4, o que pode ser relacionado ao período de expansão do neoliberalismo, resultando em menores restrições ao comércio internacional ao longo do período. De 2003 em diante podemos notar menores elevações, estagnação e até retrocesso do indicador, fato resultante do processo de reversão do neoliberalismo na região.

Tabela 5⁷ - Índice KOF de Globalização – Actual Flows

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Antigua and Barbuda	93	91,6	91,2	86,3	83,1	88,4	86,7	81,2	83,7	84,5	86,9	82,4	83,4	82,5	84,5	84,3	85	83,7	82,4	80,5
Argentina	46,2	41,6	38,6	44,3	45,5	50	52	54,2	56,9	59,1	61,3	56,7	70,5	69,6	70,1	65,7	64	61,8	54	55,5
Aruba	67,1	75,4	73,2	72,4	69,2	69,5	71,8	73	71,6	78,7	78	81,6	87,6	87,9	87,9	88,1	89,3	89	89	89,3
Bolivia	54,3	53,4	50,3	50,5	50,1	50,4	50,3	52,5	56,1	58,7	59,3	59,4	61,9	60,2	62,4	65,1	65,7	67,1	64,4	62,7
Brazil	48,8	49,3	49,5	50,6	46	42,7	43,3	45,5	48,5	54,4	53,5	57	57,5	58,2	56,6	54,5	54,3	55	51,8	53,7
Chile	68,7	67,1	63,4	60,3	62,8	61,6	60,5	63,5	62,2	68,1	72,6	74,1	74,9	80,1	81,5	81,9	83,1	84,8	84,1	82,6
Colombia	42,9	42,5	39,7	38,4	34,9	35,6	43,8	47,8	46,7	47,1	48	52,2	53,1	56,7	56,2	57,4	59,2	58,5	58,6	58,4
Ecuador	55	54,6	53,5	47,7	50,4	62,2	61,9	61,4	63,9	73,2	75,4	68	65,1	63,7	65	64,3	63,6	63,7	58,3	51,6
Equatorial Guinea	73,5	83,5	50,8	62,5	89	94,7	97,2	95,8	97,5	96,8	95,2	96,6	95,2	95,6	92,4	90,5	89	88,2	83,5	89,8
Guinea	45,9	45	39,1	34,8	31,9	32,4	32,2	33,7	37,6	37,5	39,7	43,2	36,1	42,8	33,9	44,7	47,1	49,4	52,9	59,8
Guyana	74,6	80,4	91,6	91,4	91,8	92,2	91,1	91,1	90,4	91,5	91,5	91,9	91,5	90,5	85,1	84,1	83,7	72,3	74,5	73,8
Paraguay	40,3	38,4	42,3	43,2	47,6	46,8	46,1	48,6	52,3	48,5	51,2	50,5	51,4	52,2	53,6	52,7	56,2	54,1	51,7	54,6
Peru	41,4	34,5	34,5	39,8	44,9	46,8	47,4	50,8	48,9	50,6	52,9	51,3	51,3	55,3	59,5	64,2	68,5	70,5	68,6	67,1
Suriname	40,4	39,8	29,7	14,1	12,6	12,8	11,8	17,1	21,7	16,3	13,7	49,5	32,5	35,1	39,1	33	33,7	23,4	19,1	19,5
Uruguay	53,8	46,6	42,8	41,5	41,5	42,4	42,3	41,1	42,3	44,5	47	51,2	47,4	63,3	67,6	65,1	67,1	68,4	65,8	63,4
Venezuela, RB	64,9	60,7	62	63,1	65,1	60,2	64,1	66,8	63,2	58,7	58,9	57,5	64,2	67,9	67,2	64,8	65	57,3	49,1	42,8

Fonte: KOF Index of Globalization

⁷ A tabela não apresenta todos os países da América Latina por falta de dados da fonte.

Ao analisarmos o indicador de fluxos de investimentos, *'Actual Flows'*, temos alguns países de menor expressão no topo da lista de mais globalizados, países como Aruba e Guiné Equatorial. Para estes dois países a evolução do índice é crescente em praticamente todo o período, apresentando queda apenas em 1992, seguida de elevações que perduram até o fim do período estudado. Ambos os países fecham o período com índices em torno de 89 pontos, muito acima da média geral de 61 pontos para a América do Sul. Cabe também destacar o Chile, o país se apresenta muito acima dos demais países da América do Sul, apresentando média de 71,8 pontos e encerrando o período com 82,57 pontos.

No outro extremo, em relação a entrada de investimentos e fluxo de capitais, temos o Suriname apresentando o pior indicador do grupo, este tem significativa melhora ao longo do período mas é seguido de altas reduções, fechando o período com 19,49 pontos, menor valor disparado em relação aos demais países analisados.

É interessante analisar também a Venezuela. Este se encontra com índice de 60 pontos em média, valor que se aproxima bastante da média da América do Sul, no entanto, apesar da forte elevação do índice, nos três últimos anos de estudo este apresenta brusca queda fechando o período com 42,8 pontos, segundo menor índice entre os países estudados.

A análise em dois períodos distintos, conforme apresentado anteriormente, nos demonstra o mesmo resultado exposto para o índice de restrições. Aqui, na tabela 5, podemos notar a forte elevação do indicador ao longo do primeiro período, seguido de estagnação e queda no segundo período, mais uma vez representando a evolução do neoliberalismo (1990 até 2002) e a sua contração (2003 em diante). Há, porém, alguns países de grande importância na região se apresentando como exceções, como por exemplo, o Chile, Colômbia e Peru, países que apresentam constante crescimento do índice.

Conclusões

O presente trabalho propôs analisar a globalização com foco econômico, e através dos dados e gráficos apresentados podemos tomar algumas conclusões.

O mais óbvio a se notar é a posição da América do Sul em relação ao restante do mundo. A região apresenta os piores indicadores de desigualdade de renda podendo se comparar com a porção sul do continente africano.

No tocante a globalização econômica, a região possui países com bons índices. Em relação a posição global, pode ser visto na tabela 6 (anexo), o primeiro país da América Latina a aparecer no ranking é o Chile, em décimo nono. Tal ranking nos permite analisar outros países expressivos, de fora do continente como, por exemplo, os Estados Unidos, China e Japão. Dentre estes três países citados, o melhor posicionado em relação a globalização econômica, em 2011, é os Estados Unidos em septuagésimo nono, no entanto, em relação a distribuição de renda, estes países se encontram em melhor situação do que a maioria dos países latino-americanos situados em melhor ranking de globalização econômica. Analogicamente, dentre os países de maior expressão na América Latina, a Argentina e Venezuela apresentam os piores indicadores de globalização econômica e os melhores indicadores de distribuição de renda da região, tendo ainda a Argentina com o menor percentual de população urbana em situação de pobreza em 2010, ao lado do Uruguai.

É interessante notar a posição dos países em todos os indicadores apresentados. No topo da lista de países comum a todas as tabelas temos o Chile com os melhores indicadores de Globalização econômica, renda bruta per capita e população em situação de pobreza, mas ficando um tanto atrás apenas no índice de Gini para o ano de 2009, ainda sim apresentando um bom Gini em comparação com os demais países da região.

Em relação a pobreza, comparando os países comum a todas as tabelas, temos a Bolívia apresentando os piores indicadores, tanto de renda bruta per capita, como porcentagem da população em situação de pobreza (tabela 3), no entanto, apresentando-se acima de vários países da região no quesito globalização econômica (tabela 6 em anexo) para o ano de 2009.

A separação do período de estudo em dois nos permitiu analisar o processo de globalização econômica a luz de duas fases. O primeiro período, em geral, caracteriza-se

pelo neoliberalismo, onde os países demonstram evolução positiva dos índices de globalização econômica, acompanhado de alterações pífias ou negativas nos indicadores de pobreza e desigualdade de renda. O segundo período, caracterizado pelo retrocesso do neoliberalismo, apresenta a inversão ou estagnação da evolução dos índices de globalização econômica acompanhados de avanços positivos nos indicadores de desigualdade de renda e população em situação de pobreza. Tal implicação pode ser analisada através do caso brasileiro que apesar da grande exposição à globalização após sua abertura comercial, este não obteve redução da desigualdade ao longo do primeiro período (tabela 1), seguido de uma redução da desigualdade enquanto o país estagna-se no quesito globalização econômica, durante o segundo período.

A conclusão que podemos tirar em relação aos dados apresentados é de existência de uma relação entre as variáveis, tal relação é afetada de acordo com o modo que os países se articulam com os processos mais gerais de globalização, participando de forma mais ou menos ativa no que diz respeito às políticas sociais de cada país. De forma direta, o indicador de globalização demonstra estar inversamente relacionado aos indicadores de desigualdade e pobreza nos países latino-americanos.

Referências Bibliográficas

BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 2006.

BATTISTI, E. **Perfil Gerencial e Cultura Organizacional**. 2004.

CEPAL. **Globalização e Desenvolvimento**. Brasília: Vigésimo nono período de sessões. 2002.

COSTA, W. M. da. **O Brasil e a América do Sul: Cenários Geopolíticos e os Desafios da Integração**. 2009.

DINIS, E. **Globalização, Estado e Trajetórias Nacionais: Dilemas do Desenvolvimento e o Futuro do Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.

DINIZ, M. B.; ARRAEZ, R. A. **Trajetória recente da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas do Brasil**. Brasília: XV Congresso Brasileiro de Economistas, 2003.

DREHER, A. **Does Globalization Affect Growth? Evidence From a new Index of Globalization**. *Applied Economics* 38, 2006.

DREHER, A.; GASTON, N.; MARTENS, P. **Measuring Globalization: Gauging Its Consequences**. New York: Springer, 2008.

DREHER, A.; GASTON, N.; MARTENS, P.; VAM BOXEM, L. **Measuring Globalization – Opening the Black Box. A Critical Analysis of Globalization Indices**. *Journal of Globalization Studies*. Volume 1, Number 1. 2010.

FMI. **World Economic Outlook: Globalization and Inequality**. World Economic and Financial Survey. 2007.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. **The definition and measurement of poverty**. *The Journal of Human Resources*, v. 23, n. 2. Spring 1988.

HOFFMANN, R. **Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil**. In: Ricardo Henriques. (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, v. 1, p. 81-107. Disponível em:

<<http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdadepobrezabrasil/capitulo03.pdf>>

Acesso em 05 out. 2012.

LASTRES, H. M. M. **A Globalização e o Papel das Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1997.

LOCH, F. A. S. **Globalização e Pobreza: O caso do Brasil**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR, v.5 n.2. Curitiba: Revista Geografar, jul/dez. 2010.

MATTEI, L. **Pobreza na América Latina: Heterogeneidade e Diferenças Intra-Regionais**. Florianópolis: Instituto de Estudos Latino-Americanos, 2009. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/uploads/docs/129_texto1.lauromattei.pdf> Acesso em 12 out. 2012.

NUNES, A. O. **Globalização, Estado e Segurança Pública**. Fortaleza: sem data. Disponível em: <<http://www.faete.edu.br/revista/Prof.%20Andrine.pdf>> Acesso em 01 out. 2012.

NYASULU, G. **Revisiting the Definition of Poverty**. Journal of Sustainable Development in Africa v.12, n.7, 2010. Australia: 2010. Disponível em: <http://www.jsd-africa.com/Jsda/V12No7_Winter2010_A/PDF/Revisiting%20the%20Definition%20of%20Poverty.pdf> Acesso em: 07 out. 2012.

OLIVEIRA, R. B. de. **Conceitos e Principais Métodos Existentes para Mensuração da Pobreza no Brasil**. Campinas, Projeto “A Nova Cara da Pobreza Rural no Brasil: transformações, perfil e políticas públicas.”, 2010. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachment/s/278/Pobreza%20metodologias%20para%20sua%20mensura%C3%A7%C3%A3o%20-%20R%C3%A9gis%20Oliveira.pdf>> Acesso em 07 out. 2012.

PRADO, L. C. D. **Globalização: Notas sobre um Conceito Controverso**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, sem data.

RAMOS, L. C. S. **A Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Uma Perspectiva Neogramsciana**. Rio de Janeiro: 2005.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SICSÚ, J.; CASTELAR, A. **Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.

TARGETMAP. **Equality of Distribution of Wealth in Each Country (Gini Index)**. 2011. Disponível em: < <http://www.targetmap.com/viewer.aspx?reportId=6246>> Acesso em 23 set. 2012.

KAIZELER, A. C. **Efeitos da Globalização nos Países em Desenvolvimento em termos de Repartição de Rendimento**. Lisboa: 2012.

Sítios Consultados:

Comissão econômica para América Latina (CEPAL) - Banco de dados estatístico (<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>)

The World Bank database (<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>)

KOF Index of Globalization (<http://globalization.kof.ethz.ch/query/>)

Anexos

Tabela 6 - Rank de Globalização econômica para o ano de 2009.

Economic Globalization Index		
rank	Country	2009
1	Singapore	97.39
2	Luxembourg	94.62
3	Ireland	93.27
4	Malta	92.22
5	Belgium	92.15
6	Netherlands	91.90
7	Hungary	90.50
8	Sweden	88.97
9	Bahrain	88.96
10	United Arab Emirates	88.73
11	Estonia	88.39
12	Czech Republic	86.32
13	Denmark	86.00
14	Austria	85.97
15	Cyprus	85.84
16	Slovak Republic	84.06
17	Portugal	83.53
18	Finland	83.26
19	Chile	83.25
20	Montenegro	82.53
21	Panama	81.30
22	New Zealand	80.78
23	Israel	78.99
24	Spain	78.74
25	Switzerland	78.38
26	United Kingdom	77.73
27	Slovenia	77.47
28	Norway	77.02
29	Georgia	76.71
30	Malaysia	76.38
31	Oman	76.31
32	Australia	76.26
33	Iceland	76.24
34	Trinidad and Tobago	76.15
35	Canada	76.04
36	Mauritius	75.80
37	Italy	75.18
38	Bulgaria	75.17

(continua)

Tabela 6 - Rank de Globalização econômica para o ano de 2009.

(Continuação)

Economic Globalization Index		
rank	Country	2009
39	Greece	74.01
40	Poland	73.96
41	Peru	73.27
42	Croatia	72.87
43	Mongolia	72.80
44	Germany	72.51
45	France	72.41
46	Papua New Guinea	70.89
47	Lithuania	70.83
48	Thailand	69.55
49	Kazakhstan	69.46
50	Congo, Rep.	69.27
51	Romania	69.19
52	Barbados	68.79
53	Latvia	68.59
54	Jamaica	68.57
55	Swaziland	68.40
56	Honduras	68.39
57	Guyana	68.22
58	Kuwait	68.21
59	Costa Rica	67.71
60	Nigeria	67.50
61	Ukraine	67.38
62	Uruguay	66.26
63	Angola	65.84
64	South Africa	65.81
65	Armenia	65.78
66	Moldova	65.50
67	Albania	65.44
68	Jordan	64.89
69	El Salvador	64.63
70	Botswana	62.32
71	Macedonia, FYR	62.22
72	Vietnam	61.91

(continua)

Tabela 6 - Rank de Globalização econômica para o ano de 2009.

(Continuação)

Economic Globalization Index		
rank	Country	2009
73	Kyrgyz Republic	61.70
74	Bosnia and Herzegovina	61.49
75	Zambia	61.48
76	Indonesia	60.96
77	Vanuatu	60.93
78	Namibia	60.89
79	United States	60.83
80	Cambodia	60.78
81	Azerbaijan	60.67
82	Serbia	60.41
83	Nicaragua	60.36
84	Korea, Rep.	60.13
85	Mauritania	60.07
86	Guatemala	59.93
87	Tunisia	59.76
88	Mexico	59.73
89	Turkey	59.25
90	Bolivia	57.45
91	Dominican Republic	57.05
92	Paraguay	56.88
93	Belize	56.84
94	Lesotho	56.14
95	Gabon	55.74
96	Cape Verde	55.64
97	Philippines	55.41
98	Russian Federation	54.55
99	Mozambique	54.25
100	Brazil	53.53
101	Ghana	53.01
102	Uganda	52.74
103	Cote d'Ivoire	52.50
104	Algeria	52.35
105	Zimbabwe	52.15

(continua)

Tabela 6 - Rank de Globalização econômica para o ano de 2009.

(Continuação)

Economic Globalization Index		
rank	Country	2009
106	Yemen, Rep.	51.85
107	China	51.25
108	Myanmar	50.95
109	Colombia	50.89
110	Togo	50.88
111	Morocco	50.45
112	Mali	49.92
113	Egypt, Arab Rep.	48.79
114	Madagascar	48.29
115	Guinea-Bissau	48.16
116	Guinea	47.94
117	Belarus	46.66
118	Fiji	46.18
119	Senegal	46.12
120	Japan	45.83
121	Maldives	45.82
122	Ecuador	45.53
123	Malawi	45.45
124	Cameroon	45.38
125	Chad	44.80
126	Argentina	44.41
127	Kenya	44.26
128	Haiti	44.08
129	India	43.73
130	Tanzania	43.45
131	Burkina Faso	42.31
132	Bahamas, The	41.73
133	Syrian Arab Republic	41.57
134	Pakistan	41.14
135	Sierra Leone	41.08
136	Venezuela, RB	40.45
137	Sri Lanka	40.34
138	Sudan	39.92
139	Benin	39.73
140	Congo, Dem. Rep.	36.48
141	Central African Republic	34.82

(continua)

Tabela 6 - Rank de Globalização econômica para o ano de 2009.

(Continuação)

Economic Globalization Index		
rank	Country	2009
142	Niger	34.60
143	Bangladesh	34.48
144	Rwanda	29.14
145	Burundi	29.08
146	Iran, Islamic Rep.	28.93
147	Nepal	27.60
148	Ethiopia	26.62

Fonte: KOF Index of Globalization.